

## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL  
Publicada desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER: Luiz Fria  
DIRETOR DE REDAÇÃO: Sérgio Dávila  
SUPERINTENDENTES: Carlos Fonce de Leon e Jádila Brito  
CONSELHO EDITORIAL: Fernando Diamante, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pêssio Arião, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luis Fria e Sérgio Dávila (secretário)  
DIRETOR DE OPINIÃO: Gustavo Fátu  
DIRETORIA EXECUTIVA: Alexandre Bonacio (finanças, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benes (comercial)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Governo não pode ser hospital de empresas

Tesouro não tem recursos para pedidos de socorro financeiro do setor privado, que também podem distorcer o funcionamento do mercado

Está aberta a temporada de pedidos de socorro ao governo federal por parte de setores empresariais diversos. Os demandantes se queixam de dificuldades causadas por fatores em tese externos a sua atividade, de oscilações de custos e receitas ou, em escala menor, de problemas regulatórios.

A agropecuária reclama de perdas de safras devido a eventos climáticos, da baixa do preço de grãos, do custo de produção e, pois, da dificuldade de honrar o pagamento de dívidas, com os bancos estatais em especial.

Reivindica-se a renegociação desses compromissos e instrumentos de garantia de preços mínimos e compra de estoques pelo governo federal, além de mais subsídio para seguros. O Ministério da Agricultura afirma que, até março, haverá um pacote para o setor, que dispõe de uma bancada poderosa instalada no Congresso.

Também na fila, as companhias aéreas apostam custos altos, em particular dos combustíveis, crédito caro e até excesso de judicialização devido a demandas de passageiros — que, no entanto, pesam apenas 1% em suas despesas.

O pedido de recuperação judicial da Gol nos Estados Unidos impulsionou o pleito pela baixa do preço do querosene — até com questionamento de um monopólio da Petróbras — e por financiamento

barato do BNDES, o banco oficial de fomento. Especialmente sobre o correio aéreo, o Ministério de Portos e Aeroportos prevê que, até o fim de fevereiro, haverá um plano de ajuda. Fala-se em um fundo de até R\$ 6 bilhões para crédito, entre outros benefícios também reivindicados por pilotos, comissários de bordo e outros trabalhadores do setor.

Já a pasta da Fazenda afirma que não haverá recursos do Tesouro e que estuda um programa de "reestruturação", de formatação ainda obscura. O BNDES pode ofertar crédito, mas quer garantias, que dependem de mudança legal.

A ideia única do governo como hospital de empresas está de volta, contudo. Trata-se, como sempre, de um risco para o erário e para a economia como um todo.

Em casos extremos, como foi a pandemia de Covid-19, pode-se considerar um auxílio estritamente temporário e sujeito a avaliação de custos e vantagens para a sociedade. No mais, contudo, o pleito é ou iníquo ou inviável.

Não é possível bancar todos os socorros ou, ainda que a ajuda pudesse ser extensa, a providência seria deletéria para o funcionamento do mercado, com efeitos daninhos para a eficiência. Empresas não raro se tornam dependentes do Estado e mobilizam lobbies pela perpetuação do privilégio.

## Querelas brasileiras

Lula e Lira medem forças, mas não é a moralização do Orçamento público que está em jogo

Nas heterogêneas e instáveis coalizões que caracterizam o presidencialismo brasileiro, Planalto, Congresso e partidos vivem em disputa quase diária por espaços de poder, cargos e verbas. Em tal cenário, nem sempre se consegue distilgar com clareza a pressão cotidiana de uma turbulência mais grave.

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tensionou as relações com os parlamentares ao editar, no apagar das luzes do ano passado, uma medida provisória para reanear gradualmente a folha de pagamento de setores empresariais diversos — o Congresso já derrubou a veto presidencial a um projeto que prorrogava a desoneração.

Há poucos dias, Lula testou novamente os limites de sua força ao vetar R\$ 5,6 bilhões em emendas de deputados e senadores ao Orçamento deste 2024. Também nesse caso, a medida corre grande risco de ser revertida pelo Parlamento.

Foi nesse contexto que declarações do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), soaram como desafio ao governo. A política, como sabemos, apoia-se num pilar essencial: o respeito aos acordos fir-

mados e o cumprimento à palavra empenhada, discursou o deputado, na abertura do ano legislativo. "O Orçamento da União pertence a todos e todos, não apenas ao Executivo" — foi mais uma obviedade que passaria despercebida em outras circunstâncias.

Lira chegou ao posto ainda sob Jair Bolsonaro (PL), num período de fortalecimento do Congresso ante o Planalto. Liderou um avanço irresponsável e sem precedentes dos parlamentares sobre verbas públicas, não interrompido pela troca de guarda em Brasília.

Não são propósitos moralizadores que estão em jogo, porém — é nada indica que convenha a Lula um aprofundamento das querelas. Desde o início de seu terceiro mandato, o petista dá mostras de compreender as novas condições de negociação política. Ter acomodado um nome do PP de Lira no ministério é apenas um dos exemplos.

A correlação de forças, no entanto, é reexaminada a todo momento. A sucessão no comando da Câmara, que ocorrerá dentro de um ano, decorre motivada mais pelas regras e barganhas de Lado a lado,



## Ficção ou realidade?

Hélio Schwartzman

Segundo a ONG Safenart, entre 2022 e 2023, as denúncias de pornografia infantil cresceram 77%, batendo o recorde dos últimos 17 anos. Para a organização, a popularização da inteligência artificial (IA) é um dos fatores que explicam o aumento.

Tenho dificuldades em imaginar crime mais cruel que capturar a imagem de um jovem, normalmente o mais tímido, alvo preferencial de bullying, inseri-lo numa situação sexual constrangedora e distribuir o vídeo nas redes sociais. O impacto psicológico desse tipo de abuso é devastador. A IA transformou a produção desse material, que antes exigia muita expertise e infinitas horas de trabalho, numa tarefa quase instantânea. Não vejo alternativa que não punir com vigor esses ilícitos.

A IA, contudo, pode também ser a solução. Boa parte das pessoas que têm atração sexual por crianças e jovens não chega às vias de fato. Quer só acesso a cenas de sexo com menores. As sociedades não permitem que tenham pela simples e boa razão de que é (ou era) impossível produzir esse material sem submeter crianças e adolescentes reais a situações de abuso. Mesmo que as cenas sejam simuladas ou montadas, o "ator" fica indelevelmente ligado ao produto.

Se a IA torna fácil pôr qualquer um em qualquer lugar, também torna fácil criar personagens que não sejam ninguém. Já a confecção de imagens sexuais com menores fica indistinguível da literatura. E não punimos escritores que imaginam e descrevem cenas de sexo, com quem ou o que for e mesmo que envolvam estupro e assassinatos.

Em 2022, a Suprema Corte dos EUA entendeu que imagens de sexo com menores produzidas sem o concurso de menores estão protegidas pela liberdade de expressão. Mas não sei se nestes tempos moralistas em que vivemos, em que as pessoas querem controlar até os pensamentos e apetites alheios, não apenas inibir seus atos antissociais, essa interpretação mais utilitarista persistirá nos tribunais.

helois@uol.com.br

## O centrão em busca de rendição

Bruno Boghossian

Um presidente da Câmara tem muita poder, mas só incomoda de verdade quando consegue instalar um clima de rebelião capaz de contaminar o restante do plenário.

Arthur Lira ameaçou apertar esse botão em seu discurso na segunda-feira (5). O chefe exibiu aos elegais armas de coletar, pôs um preço em projetos aprovados no ano passado e mostrou que não desistia de aportar adicionais ao generoso fundo que abastece integrantes da Casa.

Como presidente do sírio sítio mais rico do país, Lira entregou benefícios sabrosos aos filiados. Parilhando verbas entre os parlamentares, ele rachou bancadas, puxou para sua zona de influência integrantes de partidos diversos e comprou a lealdade de deputados que possuíam a maneira coordenada — contra ou a favor dos interesses do governo, a depender da heira.

O tiro de Lira foi disparado em direção ao Planalto, mas o objetivo era inflar a insatisfação interna de uma corporação que tem o apetite em expansão. Ele convocou o plenário a permanecer em estado de alerta contra o que chamou de acordos escumpridos e inaugurou uma falsa concorrência entre Congresso e Planalto pelo poder de determinar como o Orçamento deve ser gasto.

Se o governo prometeu a Lira algo que não vai entregar, este é um problema que Lira e seus aliados poderiam resolver à luz do dia. Mas o centrão parece mais interessado em obter a rendição do Planalto em condições enevoadas e em termos que corrompem a lógica política.

Lira tenta tirar proveito individual da pressão que deputados podem exercer sobre o governo. Ao insistir na ideia de que o Congresso é uma arena de distribuição de vantagens políticas, ele busca manter a coesão do plenário e, com isso, obter controle absoluto sobre sua sucessão como presidente da Câmara, em 2025.

Lula deu sinais de que vai resistir. Ainda que não admita ir à guerra, o Planalto se recusa a oferecer apoio antecipado ao candidato de Lira ou terceirizar ao deputado o controle da agenda política, como fez Bolsonaro.

## Letramento carnavalesco

Mariliz Pereira Jorge

Nas redondezas de casa, concentra-se um comércio popular que divide espaço com barracas de ambulantes. Nesta época, fica tudo tomado por fantasias de Carnaval. Para minha surpresa, há coxares de tamarinhos e cores variadas, fantasias de cigano, de japonês, de árabe, de enfermeira, de coqueiro. Não sei como os lojistas ainda não foram multados e não tiveram suas portas lacradas.

O capitalismo não entende nada. Nos últimos anos, inúmeras reportagens sobre o que pode e o que não pode, e as lojas ainda cheias de multados e não tiveram suas portas lacradas. Ocupalismo não entende nada. Nos últimos anos, inúmeras reportagens sobre o que pode e o que não pode, e as lojas ainda cheias de multados e não tiveram suas portas lacradas.

Pelo "Manual do Letramento Carnavalesco", não pode mais que reforçar estereótipos de gênero, atitudes sexistas e de poder, que reduza a importância cultural de alguns povos, sem falar na apropriação cul-

que é (ou era) impossível produzir esse material sem submeter crianças e adolescentes reais a situações de abuso. Mesmo que as cenas sejam simuladas ou montadas, o "ator" fica indelevelmente ligado ao produto.

Se a IA torna fácil pôr qualquer um em qualquer lugar, também torna fácil criar personagens que não sejam ninguém. Já a confecção de imagens sexuais com menores fica indistinguível da literatura. E não punimos escritores que imaginam e descrevem cenas de sexo, com quem ou o que for e mesmo que envolvam estupro e assassinatos.

Em 2022, a Suprema Corte dos EUA entendeu que imagens de sexo com menores produzidas sem o concurso de menores estão protegidas pela liberdade de expressão. Mas não sei se nestes tempos moralistas em que vivemos, em que as pessoas querem controlar até os pensamentos e apetites alheios, não apenas inibir seus atos antissociais, essa interpretação mais utilitarista persistirá nos tribunais.

helois@uol.com.br

## Milei remove obstáculos

Deirdre McCloskey

Economista, a professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escritora de livros.

Em 3 de fevereiro, a coalizão de Javier Milei na Câmara de Deputados da Argentina conseguiu aprovar, por 144 votos contra 109, as medidas mais liberais tomadas por qualquer país latino-americano no último século.

Em termos históricos mundiais, é a mais ambiciosa desregulamentação desde a Revolução Francesa. No inglês notite-americano, falamos preventivamente dos males de colocar "ganchos e cadeiras" para atrair o caminho de uma pessoa.

Você pode ver a imagem, Javier Milei os está removendo e queimando.

Mas desde 1790, a começar pela própria França, o Estado em todo o mundo adquiriu cada vez mais poderes de tributar, expropriar e regulamentar — cada vez mais ganchos e cadeiras.

E nossos senhores no Estado exerceram avidamente esses poderes, não com maior entusiasmo do que na triste Argentina sob seus antigos e novos peronistas. Os argentinos, e o resto das pessoas em maior ou menor grau, deram poder aos senhores, igualmente com entusiasmo.

Nos andamos por um subsídio para nossa companhia de automóveis, ou por uma desapropriação de terrenos públicos ou privados em benefício deste ou daquele argentino, brasileiro, americano ou russo.

Roubar de Pedro para pagar a Paulo.

A revolução de Javier Milei ainda não é uma revolução interna, ainda não reflete as convicções internas da maioria das pessoas. Ainda é externa, imposta de cima para baixo. Será necessário se internalizar para impedir que a Argentina fique cada vez mais pobre enquanto se torna cada vez mais estatista.

Em 2021, segundo o estudo "Liberdade Econômica no Mundo - 2023" (EFW), publicada pelo Fraser Institute e pelo Cato Institute, a Argentina ficou em um surpreendente 158º lugar entre 165 países, na companhia de pesadelos do estatismo, como Zimbábue, Myanmar, Egitto e Venezuela.

Para que comece de fato, a revolução externa de Milei precisa ser aprovada pelo Senado — é parece que o será, na mesma proporção obtida na Câmara.

Milei declara que a decisão está entre "tornar-se a maior favela do mundo" ou começar a se recuperar e ampliar a prosperidade de que gozava uma Argentina livre em comparação com outros países na década de 1890, por exemplo.

Com uma população europeia tendo capacidades modernas, e depois de inovações na criação e no transporte de carne, era tão rica quanto os Estados Unidos.

O México mudou em 90%. Produzem um Milei.